

EXTRA

DESAFIO NA ECONOMIA

Ambicioso, programa de FH contém metas para pôr fim à inflação, promover riqueza e empregos

SUELY CALDAS

Rio — O programa econômico do governo Fernando Henrique Cardoso contém metas ambiciosas e revolucionárias. Como a de no máximo em 24 meses eliminar de vez a inflação — que nos últimos 15 anos impediu investimentos, empobreceu o País, agravou a miséria, deixou a saúde gravemente enferma e a educação arruinada. Outra meta é organizar a economia e abrir caminho imediatamente para o ambicionado desenvolvimento sustentado, criando riqueza e emprego para a população.

Enfim, Fernando Henrique assume o governo prometendo ações concretas para, em quatro anos de mandato, reverter radicalmente o ambiente de caos econômico, que frustrou aspirações de quase uma geração de brasileiros.

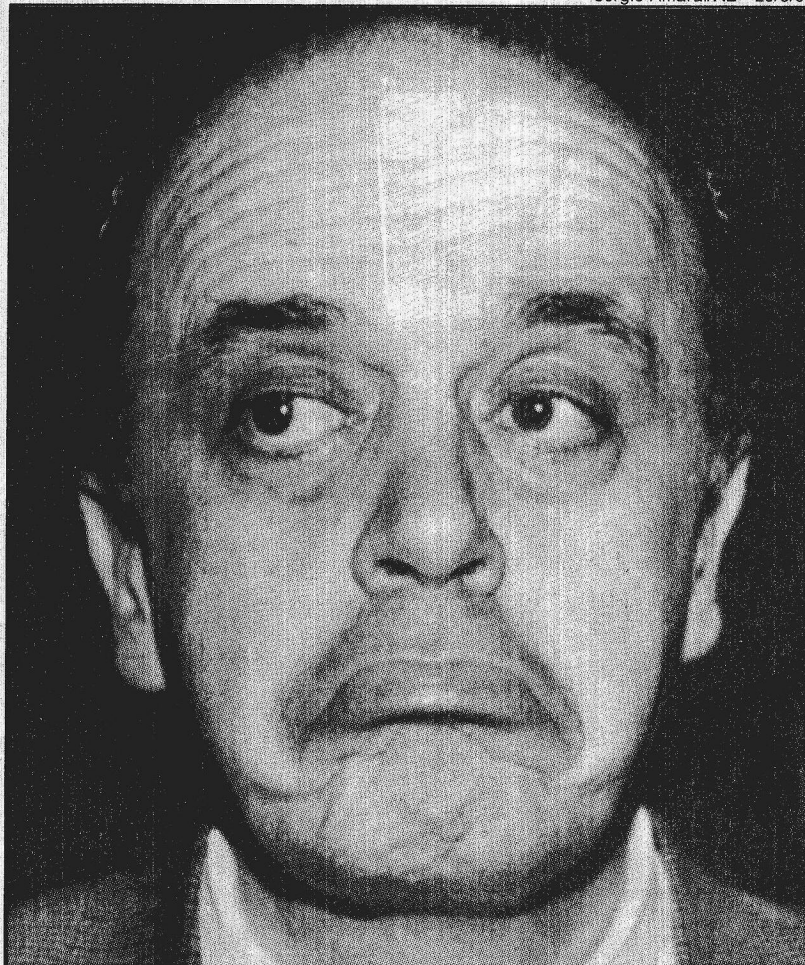
Os caminhos para alcançar esse novo Brasil são muitos e passam pela estabilização, desindexação, privatização, reformas estruturais, racionalização do setor público, fim de monopólios nas áreas de telecomunicações e energia, uma política cambial que não repita os erros da Argentina e do México.

O novo presidente começou a implementar seu programa na gestão do antecessor, com o Plano Real. No entanto, dois objetivos que não conseguiu ver realizados por oposição de Itamar Franco serão agora acelerados: a privatização e o Banco Central independente. É firme a disposição do novo presidente em privatizar; já em 1995, empresas do setor elétrico e a Cia. Vale do Rio Doce, santuários intocáveis no governo Itamar. Com o BC autônomo, ele quer divorciar a elite política do governo federal, uma parceria que nos últimos 20 anos promoveu gastanças indevidas e só provocou mais inflação.

A área social, contudo, parece esquecida no programa de governo do novo presidente. A voracidade do ataque aos problemas econômicos não é a mesma quando o foco é a questão social. No discurso de despedida do Senado, ao descrever seus planos, Fernando Henrique faz referências vagas a uma parceria entre o governo e as Organizações Não-Governamentais (ONGs) para atacar o problema da fome e da miséria, mas não oferece nenhuma indicação sobre o que fará para reabilitar os serviços públicos.

Não há, no programa do novo governo, qualquer menção ao reaparelhamento dos postos de saúde e hospitais, investimento em segurança pública ou em ensino básico gratuito e de qualidade.

Sérgio Amaral/AE—26/5/93



José Serra sofreu restrições ao ser nomeado ministro do Planejamento

Wilson Pedrosa/AE—27/4/94



Pedro Malan, da Fazenda, foi um dos primeiros nomes escolhidos

Paulo Pinto/AE—21/9/94



A paridade de R\$ 1 para US\$ 1 será mantida como teto máximo e, segundo o novo diretor do BC, levará dois anos para ser alcançada